

Encontrando o caminho de casa: memória e migração interna de famílias negras no Brasil

Tayná Almeida de Paula (PPGAS-Unicamp/São Paulo)¹

Resumo: O que as memórias de famílias negras têm a contar sobre os movimentos migratórios internos no Brasil ao longo do século XX? Quais imagens e narrativas são reveladas sobre o processo de deslocamento, que não aquelas contadas pela história oficial? O presente ensaio, oriundo da pesquisa intitulada “Conheça sua família!”, trata de uma jornada inicial em busca das minhas próprias origens. Sendo parte de uma família afrodescendente, meus parentes imigraram gradativamente de diferentes regiões rurais e periféricas brasileiras para o que chamam de “construção” dos grandes centros urbanos, como do interior de Minas Gerais para São Paulo. Se por um lado, a busca por melhores condições de vida parece ter configurado as principais motivações em torno do projeto familiar de migrar, questões relacionadas à seca, à fome e à disputa por terras parecem tê-la constrangido ao deslocamento. Assim, tendo em vista que a migração está situada entre o que alguns parentes chamam de “bloqueios” para narrar, busco entendê-la em meio aos esquecimentos, silenciamentos e não-ditos, mas também compreendê-la em meio as memórias afetivas. Considerando que esse processo ocorreu aproximadamente até 1990, e sendo eu da geração nascida já no local de destino e sem contato com narrativas profundas acerca das origens, isto se coloca como interesse de adentrar a memória familiar. Estendendo esse desafio antropológico, busco abarcar três dimensões da memória: minhas lembranças individuais, as lembranças de minha família, e como isso se articula com a memória e a ausência nas representações oficiais de famílias brasileiras. Se tratando de famílias negras deslocadas de suas origens, mobilizo ainda relações entre o tráfico negreiro no período escravocrata e a migração no contexto capitalista brasileiro, sobretudo pela “impossibilidade de nos mantermos na e com a sociedade de origem”. O objetivo é contribuir para a racialização do movimento migratório brasileiro por meio de elicitções familiares, perpassando dinâmicas de trabalho, violências de estado, redes de apoio mútuo, relações de família, parentesco e vizinhança, entre outras, produzidas pelo deslocamento, a reagregação e as sobrevivências da escravidão. Esse movimento trata de “encontrar o caminho de casa”, conhecendo família.

Palavras-Chave: Famílias Negras; Migrações Internas; Relações Raciais;

Uma vida (im)possível juntos

Meu projeto de pesquisa, atrelado a um projeto de vida, nasceu do legado deixado por minha tia-avó, Helena. Tia Helena, irmã de minha avó materna, desapareceu do restante da família em sua juventude e, já idosa, quando eu era apenas uma criança, reapareceu em um encontro de família. A semente deixada por ela nesse reencontro, e para mim, primeiro e único encontro, fez nascer o interesse por *conhecer família*, como

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

lhe disse seu filho naquele momento em que ela realizava um sonho: “Conheça sua família”, “Esta é a sua família, mãe!”. Unindo esse legado ao fato de que, dentre o que eu pouco sabia sobre meus parentes, eles foram deslocados de suas origens pelo fluxo migratório para São Paulo, decidi iniciar um estudo antropológico sobre as memórias de famílias negras migrantes².

Esse esforço ocorre no momento em que entendo a importância de conhecer o passado afrodescendente de minha família, uma vez que tive pouco contato com narrativas profundas acerca das origens. Mas também, em um momento em que eu sou atravessada pela migração. Em 2015 me mudei de São Paulo para Alagoas, no intuito de cursar o ensino superior, retornando apenas em 2023 em decorrência do doutorado, e sobretudo pelo interesse de conhecer família. O movimento da pesquisa trata de “voltar para a ‘origem’”, adentrando a memória familiar em suas relações afetivas, mas também em seu deslocamento no qual estão inscritos os conflitos e segredos de família, em um processo “fazer-família” e “fazer-antropologia”, junto aos “parentes- interlocutores” (Santos, 2020): conhecer família.

Sou de uma família que, tanto por parte de mãe como por parte de pai, em seu passado, migrou de diferentes estados brasileiros em busca de melhores condições de vida. Pelo o que contam os parentes, esse processo se deu devido ao constrangimento das populações rurais pela seca, pela fome e pela luta por terras, acarretando sucessivos deslocamentos especialmente de Minas Gerais em direção aos grandes centros urbanos, como São Paulo e Paraná. Foi *a impossibilidade de nós, pessoas negras, nos mantermos na e com a sociedade de origem*, que deu início ao projeto de pesquisa.

Nas palavras de minha mãe, nas cartas trocadas com os que parentes que já haviam partido, manifestando a necessidade de os parentes que haviam ficado irem o quanto antes para São Paulo, era comum receberem como resposta: “Não vem agora não, ainda estamos planejando”. Enquanto isso, ela sentia que o tempo ia passando e cada vez mais se tornava difícil sobreviver em Minas Gerais. Nesse contexto foi que ela disse à sua mãe: “Mãe, a gente pode ir embora também. Vamos vender tudo e vamos embora. Vamos antes que seja tarde!” Em um ato corajoso, enviou uma carta a São Paulo em nome de todos os que haviam ficado, que dizia: “A gente está chegando. Prepara um lugar para a gente”.

Relembrando esse momento, ela me contou que, enquanto escrevia a carta, pensava: “duvido que alguém não tenha uma cabana para enfiar a gente”. “*Pelo menos*

² Pesquisa de doutorado em desenvolvimento no PPGAS/Unicamp: “Conheça sua família”: um estudo antropológico sobre as memórias de famílias negras migrantes a partir de arquivos pessoais.

lá, se a gente passar fome, a gente passa fome, todo mundo junto”. E afirmou nunca ter tomado uma decisão tão sábia quanto essa, embora fosse apenas uma criança. Nesse momento, um de seus irmãos mais velhos estava revoltado pensando que o restante dos familiares havia os abandonado, e sua mãe começava cada vez mais a se afundar em uma depressão. Foi a partir daquela carta que os parentes se mudaram e constituíram casas junto aos que haviam chegado antes, na cidade de Jandira, região metropolitana de São Paulo, em uma avenida que chamamos de “Divisa”. O ano era 1987.

A irmã mais velha de minha mãe, minha tia, havia sido a primeira dos 9 irmãos a chegar em São Paulo, sendo uma das principais responsáveis por contribuir no processo de reagregação familiar, que passa a residir como vizinhança. Quando perguntada sobre o passado, ela disse ter uma espécie de “bloqueio” para falar, em decorrência de algumas situações que permearam a vida da família, o que parece estar entre as dinâmicas dos “traumas”, “esquecimentos”, “silenciamentos” ou “não-ditos” da memória. Ainda assim, elicitando suas memórias, segundo ela a migração de sua família de Minas Gerais para São Paulo não está dissociada do processo de construção do Estado, o qual reconhece ter sido construído pelas mãos de seu pai, meu avô, pelo menos desde a sua migração nos anos 60:

“O meu pai já trabalhava aqui há bastante tempo. Acho que ele veio para cá nos anos 60, eu era pequena, que eu alembro. Ele veio bem primeiro que minha avó, que a minha vó veio para cá, os meus tios já trabalhavam aqui, que buscaram ela, e o meu pai também já trabalhava aqui, só que ele trabalhava e voltava, sabe? Ele vinha aqui, trabalhava de pedreiro, construindo casa... construindo São Paulo, bem-dizer, que tem a mão dele também”.

Trabalhando em São Paulo, meu avô apenas voltava para Minas Gerais a cada dois anos. Esse intervalo coincide com o nascimento de cada um de seus 9 filhos com minha avó. Essa avó que, junto a quatro de seus filhos, foram os últimos da família materna a chegarem em São Paulo, após o envio da carta de minha mãe. Em São Paulo, excluídos do mercado de trabalho formal, os homens da família foram direcionados a trabalhar no ramo da construção civil como serventes e pedreiros, e as mulheres no ramo de serviços domésticos, como babás, cozinheiras e empregadas.

Na cidade de Jandira, em um bairro próximo, o “Fátima”, outra família também atravessada por um passado migratório, um pouco mais longínquo, se encontrava: minha

família paterna. Em 1988 meus avós chegaram na cidade com seus 4 filhos. Meu avô, mineiro, havia saído de São João Evangelista-MG para São Paulo e, minha avó, já nascida e crescida em São Paulo, é filha de uma baiana que migrou ainda na juventude para o estado.

Somente adulta descobri que minha avó paterna cresceu determinado período de sua infância em um orfanato. Quando era criança, ao pedir esmolas na rua junto aos seus irmãos para ajudar financeiramente sua mãe em casa, eles foram retirados das ruas pelos Juizados de Menores da época e colocados em um orfanato para adoção³. Separada de sua família de origem, ela foi destinada contra a sua vontade a uma nova família, da qual mais tarde, conseguiu fugir. Não demorou muito tempo e sua mãe que havia adoecido nesse processo, faleceu.

Eu nasço do encontro entre essas duas famílias, na região metropolitana de São Paulo, local de destino dos meus parentes e onde eu já cresci, na década de 1990. Os movimentos familiares são os que me ensinam a encontrar o caminho de casa, em busca de nossas origens.

Migração e sobrevivência da escravidão

No contexto migratório brasileiro, uma primeira pergunta me atravessa para um processo de racialização das migrações: Quem é o contingente de pessoas que se desloca para as cidades em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades? Por que migram? Considero, nesse sentido, que as famílias de origem rural são atravessadas por uma dupla violência, na qual em um primeiro momento são retiradas de suas origens e, em um segundo, marginalizadas no destino – São Paulo. Destino esse onde é preciso conquistar casa, emprego e, mais que isso, esforçar-se para, novamente, *manter-se* em família.

Tratando-se de famílias negras, argumento que há analogias possíveis entre o tráfico negreiro no contexto escravocrata e a migração no contexto capitalista⁴.O

³ Os Juizados de Menores, hoje denominados Juizados da Infância e Juventude, são instituições do sistema judicial estadual do Brasil que lidam com questões pertinentes às crianças e adolescentes, tais como situações de vulnerabilidades, riscos e atos infracionais. A época em que minha avó foi retirada de sua família, por aproximação, ocorreu na década de 1960.

⁴ Considerando o problema inicial da pesquisa – a impossibilidade de as populações negras se manterem na e com a sociedade de origem – apresento nesta exposição breves analogias entre tráfico negreiro no contexto escravocrata e a migração no contexto capitalista brasileiro que se dão pelo movimento de desagregação. Contudo, argumento que a pesquisa tem sofrido um giro interpretativo que dá atenção às reações familiares nesses contextos, não contempladas nesse momento. Nelas, estão presentes as

deslocamento pelo qual minha família passou é consequência das migrações internas no Brasil, um processo que vem sendo instaurado desde 1930, quando o migrante nacional passa a substituir o imigrante estrangeiro, como mão-de-obra a promover o que é tido por desenvolvimento econômico do país (Durham, 1973). Mas, além disso, a migração pode ser interpretada enquanto uma determinação latente da desigualdade estrutural que se coloca na particularidade de famílias negras desde o período escravocrata – um problema à memória social, que decorre, antes, da tentativa política de desintegração das próprias famílias racializadas.

Expressão disso, além da própria política de desterritorialização pelo tráfico negreiro no período escravocrata, foram as políticas de colonização dos úteros e de estupro generalizado de mulheres, de comercialização de crianças, de embranquecimento da população, bem como os altos índices de mortalidade que marcam a história de pessoas negras escravizadas. Mesmo após a emancipação política em 1888, a abolição da escravatura não previu a integração da população recém-liberta na sociedade, o que aprofunda hoje a desigualdade estrutural no Brasil, na qual as migrações podem ser pensadas enquanto sobrevivências.

São muitos os estudos teóricos fundamentados em perspectivas economicistas e reducionistas a respeito do fenômeno da migração. Na base das pesquisas sobre os deslocamentos sociais, as análises concentradas sobretudo na migração como “ponto de partida” e “ponto de chegada”, foram historicamente privilegiadas em relação às trajetórias percorridas pelos sujeitos que migram. Para Suzete Bessa (2020) a maior crítica a essas formulações é o fato de não conseguirem articular o tema da memória ao tema da migração. Diante disso, afirma necessário preencher essas teorias com uma prática alternativa à problemática da classificação dos processos migratórios, através das “memórias migrantes” – nas quais as trajetórias, os lugares, os saberes, os imaginários, as exclusões e os sentimentos de pertencimento de sujeitos migrantes estejam inscritos (Bessa, 2020).

As pesquisas sobre migração e urbanização no Brasil são elucidativas para a contextualização do processo migratório em um momento que São Paulo se apresentava como um campo aglomerativo e novos polos urbanos surgiam em torno da Grande São Paulo, bem como para a contextualização das determinações externas que as populações

formas de organização das famílias negras e migrantes frente a desigualdade, em diferentes tempos históricos.

rurais pertencentes ao Estado de Minas Gerais e outros sofriam, de modo a fazer com que migrassem. Olhando especialmente para as relações sociais, Eunice Durham (1973) aponta que o fluxo migratório rural-urbano, atravessado pela expansão da industrialização e urbanização no país, foi orientado também por relações pessoais que envolvem parentes, amigos e conterrâneos.

Nesse sentido, é importante perceber que migração mais do que uma “escolha racional”, é resultado de “estratégias” de grupos familiares em busca de melhores condições de vida em um outro lugar que não o de origem, sendo esta ordenada por “parentesco”, “gênero” e “geração” (Assis, 2007). Somado a isso, há ainda nos deslocamentos sociais um projeto de exclusão social amplamente conhecido por “fatores de expulsão”, nos quais os desdobramentos diaspóricos afro-brasileiros no âmbito da família, em articulação, podem ser pensados, e ao qual as escolhas e estratégias familiares respondem.

Bela Feldman-Bianco (2015) a respeito das discussões sobre deslocamentos sociais em meio as desigualdades e violências de estado, afirma que estas devem ser realizadas de modo inseparado da “racialização”, do “colonialismo”, do “capitalismo” e das “estruturas de dominação” (Feldman-Bianco, 2015, p.20). Desse modo, cabe acrescentar como a história social de pessoas negras é marcada pelo deslocamento forçado, inserido em uma desigualdade estrutural que se coloca desde o período escravocrata, quando a população africana foi forçada a cruzar o Atlântico, de modo a “romper” com a sociedade de origem.

Assim, a análise sobre esses deslocamentos populacionais atravessados pelas relações raciais, agrava-se quando se entende que o Brasil além de ter sido o último país do Ocidente a abolir o sistema escravocrata – após mais de três séculos de vigência – foi o país que recebeu o maior tráfico de africanos escravizados. Nesse sentido, desde o período escravocrata até os dias atuais, como se vê no contexto migratório no capitalismo moderno, há determinações preservadas de diversos modos da colonização, como o deslocamento forçado, que são fundamentais para a reflexão acerca da tentativa política de desintegração de famílias negras e suas memórias.

Referências:

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. Estudos Feministas, Florianópolis, set.- dez., 2007.

BESSA, Suzete. Memórias migrantes, exclusão e pertencimento: diálogo sobre os processos de elaboração de memórias coletivas e das migrações. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, eixo temático: projeto, políticas e práticas, 2020.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do estado. Cienc. Cult., São Paulo, v. 67, n. 2, p. 20-24, jun. 2015.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Ana Clara Sousa Damásio dos. Fazer-família e fazer-antropologia: Uma etnografia sobre cair pra idade, tomar de conta e posicionalidades em Canto do Buriti-PI. Dissertação mestrado em Antropologia Social - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, 2020.